



AS TECNOLOGIAS E MÍDIAS DIGITAIS COMO DISPOSITIVOS EFICAZES NA EDUCAÇÃO INCLUSIVA

Eixo 07 - Educação, Comunicação e Práticas Inclusivas

Sandra Arnaldo de Amorim LIMA¹

José Daniel Vieira SANTOS²

Alexandre Meneses CHAGAS³

RESUMO

O presente trabalho tem como objetivo realizar uma discussão sobre a Educação Inclusiva e a importância do uso das tecnologias e mídias digitais como dispositivos eficazes na garantia do direito de todos à educação. O estudo fundamenta-se em autores como Kenski (2008; 2012), Lipovestsky e Gilles (2011), Mitter (2003), Gonnet (2004) entre outros pesquisadores. A metodologia utilizada foi a pesquisa bibliográfica. Foi identificada a urgente necessidade, do alinhamento do plano pedagógico da escola a Educação Inclusiva na sua prática, com engajamento não somente de professores e equipe pedagógica, mas das famílias e das comunidades. Além disso, deve haver investimentos financeiros nestes espaços escolares para mudanças de ordem estruturais e aquisição de novos recursos tecnológicos, manutenção destes equipamentos tecnológicos, treinamento de funcionários, entre outros. Contudo, tendo como a maior de todas as mudanças, a evolução da sociedade brasileira para a inclusão e para a diversidade.

PALAVRAS-CHAVE: Educação Inclusiva. Tecnologias Digitais. Mídias Digitais.

¹ Mestranda em Educação pelo PPED/UNIT. Especialista em Língua Brasileira de Sinais: Educação Especial, pela Faculdade São Luís de França/SE (2010) e especialista em Educação Inclusiva pela Faculdade Pio Décimo/SE (2008). Graduada em Letras Português/Espanhol pela Universidade Tiradentes/SE (2013) e em Pedagogia pela Universidade Tiradentes/SE (2005). É Professora do quadro efetivo da Secretaria Estadual da Educação de Sergipe e da Prefeitura Municipal de Laranjeiras/SE. É integrante do Núcleo de Estudo, Extensão e Pesquisa em Inclusão Educacional e Tecnologia Assistiva (NUPITA/UFS). E-mail: sandy.pedago@yahoo.com.br

² Mestrando em Educação (bolsista PROSUP/TAXA/CAPES) pelo Programa de Pós-Graduação em educação da Universidade Tiradentes (PPED/UNIT). Graduado em Geografia pela Universidade Tiradentes – UNIT. Membro do Grupo de Estudos e Pesquisas em Políticas Públicas, Gestão Socioeducacional, Formação de professores e Tecnologia Assistiva (GPGFOP/PPED-UNIT/CNPQ). E-mail: profjosedaniel@gmail.com

³ Doutor em Educação (UNIT), Professor do Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Tiradentes (Unit/PPED). É professor do Curso de Comunicação Social da Universidade Tiradentes – Unit, Supervisor de Estágio e TCC do Curso de Comunicação Social da Universidade Tiradentes – Unit. É membro do grupo de Pesquisa e Estudos em Educação, Comunicação e Sociedade (GECES/UNIT/CNPq), e do Grupo de Pesquisa Educação, Tecnologia da Informação e Cibercultura (GETIC/UNIT/CNPq). Dedicar-se ao estudo de Práticas Pedagógicas na Cibercultura, utilização de aplicativos no processo de aprendizagem significativa. E-mail: profamchagas@gmail.com



ABSTRACT

This paper aims to discuss Inclusive Education as a concept of contemporary education that, combined with the use of technologies and digital media as effective tools, brings a perspective of guaranteeing the right of all to education. The study is based on authors such as Kenski (2008; 2012), Lipovestsky and Gilles (2011), Mitter (2003), Gonnet (2004) among other researchers. The methodology used was bibliographic research. The urgent need for the alignment of the school's pedagogical plan to Inclusive Education in its practice was concluded, with the engagement not only of teachers and pedagogical staff, but of families and communities, in addition, with financial investments in these school spaces for changes of order structural and acquisition of new technological resources, maintenance of this technological equipment, training of employees, among others. However, having as the greatest of all changes, the evolution of Brazilian society towards inclusion and diversity.

KEYWORDS: Inclusive education. Digital Technologies. Digital Media.

1 Introdução

O favorecimento a um certo perfil de estudante que se enquadrasse no que a escola almejasse, com bom desempenho nos estudos, foi beneficiado por muitas décadas, ao mesmo tempo em que outros perfis de estudantes apresentavam dificuldades de acompanharem as aulas e seus conteúdos por diversos motivos.

A partir da Conferência Mundial de Educação Especial, ocorrida em 1994, onde foi proclamada a Declaração da Salamanca, o Brasil começou a ter uma fundamentação para a Educação Inclusiva, e posteriormente em 2003, o MEC implementou o Programa de Educação Inclusiva no país. A partir deste momento, começa a surgir uma educação que se preocupa com as diferenças de cada indivíduo, com a diversidade de cada ser, a chamada Educação Inclusiva.

Quando se fala em Educação Inclusiva, muitas vezes traz consigo uma grande preocupação para educadores, além de fazer com que o ensino tradicional não seja por muitas vezes adequado para algumas pessoas. As tecnologias e mídias digitais surgem neste contexto, como ponto essencial para a realização de mudanças, como respeito à diversidade e implementação de um ensino muito mais inclusivo.

A escola enquanto instituição educacional quando se diz inclusiva se aproxima da garantia do direito de todos a educação. Assim, se deve respeitar os princípios da



Educação Inclusiva, sendo além de uma referência nesta instituição, uma necessidade de fundamentar tanto o discurso como de análise das práticas. Além disso, é essencial possuir profissionais comprometidos com a inclusão que sempre devem rever as suas práticas docentes para uma atuação efetiva.

O objetivo do trabalho foi realizar uma discussão sobre a Educação Inclusiva e a importância do uso das tecnologias e mídias digitais como dispositivos eficazes na garantia do direito de todos à educação. O estudo fundamenta-se em autores como Kenski (2008; 2012), Lipovetsky e Gilles (2011), Mitter (2003), Gonnet (2004) entre outros pesquisadores.

Quando a escola se propõe ao ensino perpassando não somente pelos conteúdos programáticos, mas também por conhecimentos diversos associados para o uso na vida dos seus alunos, ela estará favorecendo ao crescimento de todos os envolvidos. Segundo Lipovetsky e Gilles (2011, p.160),

Uma escola não mais fechada em si mesma, mas aberta e voltada para a vida. Uma escola que não se limite a fornecer quadros teóricos, mas que permita o enriquecimento da experiência vivida dos jovens pelo contato com o que não é ela.

Partindo deste pressuposto, a justificativa de escolha por este tema pelos autores se deu em razão de contribuir com a discussão da inclusão educacional a partir do uso das tecnologias e mídias digitais, favorecendo a participação de todos os alunos, proporcionando não somente maior envolvimento de todos, como também mais aprendizagem escolar e para a vida.

Com a intenção de atingir os objetivos da pesquisa optou-se pelo estudo bibliográfico que segundo Lakatos e Marconi (2010) a pesquisa bibliográfica é toda bibliografia já tornada pública em relação ao tema de estudo. O levantamento bibliográfico foi realizado em livros, periódicos, artigos de jornais digitais e revistas digitais, leis, decretos e demais atos normativos.

2 Educação Inclusiva de que estamos falando?

No Brasil, durante muitos anos as instituições especializadas em crianças com



deficiência eram a única alternativa para as famílias que conviviam com essa realidade, uma vez que o entendimento preponderante era o de que, havendo um ambiente específico para elas, estava sendo implementada uma política de harmonização das diferenças, quando na verdade o que se via na prática era um modelo altamente segregacionista.

Segundo Koelle (2019), a UNESCO, a Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura, quase 1 bilhão de pessoas no mundo são portadoras de deficiência⁴. No Brasil, estima-se que 24% da população tenha algum tipo de deficiência.

Os termos integração e inclusão são muito utilizados no campo educacional, na maioria das vezes como sinônimos, sendo relevante uma melhor compreensão sobre os significados destes termos. Sobre integração, Mittler (2003, p. 34), esclarece:

A integração envolve preparar o aluno para ser colocado nas escolas regulares, o que implica um conceito de prontidão para transferir o aluno da escola especial para a escola regular. O aluno deve adaptar-se à escola, e não há, necessariamente, uma perspectiva de que a escola mudará para acomodar uma diversidade cada vez maior de alunos.

A escola ao integrar um aluno com deficiência, ela não estará obrigada a se reinventar, a criar novas possibilidades de ensino e de aprendizagem para eles, pelo contrário, o aluno vai se adaptar ao padrão da escola. Como alerta Mendes (2002, p. 64), sobre o conceito de integração:

[...] o conceito de integração se baseia no princípio de quem deve mudar é o aluno para se adequar à escola, do modo como esteja instaurada, independentemente de suas capacidades físicas, mentais, sensoriais e intelectuais.

Desta maneira, é percebida uma inserção parcial, onde a segregação continuará a existir, os alunos ali inseridos poderão ficar alheios às atividades do cotidiano escolar. O convívio segregado tira o direito dos alunos com deficiência ao convívio e ao acesso

⁴ Desde o dia 03 de novembro de 2010, que o termo "Pessoa portadora de Deficiência" foi substituído, segundo o que confirmava a tendência mundial, por "Pessoa com Deficiência". (Portaria da Presidência da República - Secretaria de Direitos Humanos, Nº 2.344, de 3 de novembro de 2010).



aos recursos que devem ser disponíveis a todos sem distinção. Um exemplo disso são as classes especiais, que são salas de aulas situadas dentro das escolas de ensino regular, dotadas de materiais didáticos, equipamentos adequados e professores especializados, que se valem de todo esse instrumental para aplicação de métodos e técnicas pertinentes ao melhor aprendizado. Gonnet (2004, p.91), acrescenta que:

Esta atitude do professor é também uma resposta a uma outra missão da escola que permanece muitas vezes negligenciada: a integração escolar das crianças com necessidades especiais. Com efeito, numerosos estudos têm colocado em dúvida a eficácia de classes especiais no desenvolvimento dos desempenhos de crianças especiais. A intenção é certamente louvável: proteger estes jovens de uma vida social agressiva e intolerante para colocá-los em condições sob as quais eles poderiam aprender, em que seriam objeto de maior atenção dos professores. É evidente que os percursos de integração não podem ser senão plurais, porque a diversidade dos casos exige muita flexibilidade sobre este assunto. Resta que numerosos estudos mostram que o progresso dos alunos que recebem um ensino em classes especiais é em geral mais fracos do que os progressos das crianças com performances iniciais comparáveis, mas que frequentam o ensino regular sem receber apoio particular [...].

A integração traz consigo um olhar parcial para a educação especial, atuando como uma normalização e os alunos com deficiência acabam por perder o direito aos níveis de ensino. Já a inclusão é oposta a essa conduta, ela apoia a escolarização de todos os alunos, independente de suas habilidades e competências, valoriza a diversidade humana, ou seja, ela tem uma visão ampla na educação.

Assim sendo, a Educação Inclusiva terá um outro significado, sendo conhecida como uma concepção de ensino contemporâneo que objetiva garantir o direito de todos a educação no ensino regular em todos os níveis de ensino. Mittler (2003), apresenta a seguir um conceito de Educação Inclusiva que busca efetivar todos os alunos tanto no acesso a escolarização quanto ao sucesso ao currículo escolar:

A inclusão diz respeito a todos os alunos, e não somente a alguns. Ela envolve uma mudança de cultura e de organização da escola, para assegurar o acesso e a participação para todos os alunos que a frequentam regularmente e apara aqueles que agora estão em serviço segregado, mas que podem retornar à escola em algum momento no



futuro. A inclusão não é a colocação de cada criança individualmente nas escolas, mas é criar um ambiente onde todos possam desfrutar o acesso e o sucesso no currículo e tornarem-se membros totais da comunidade escolar e local, sendo, desse modo, valorizados. (MITTLER, 2003, p. 236).

A escola é uma instituição onde deve valorizar cada estudante com suas individualidades, potencialidades e habilidades. É de extrema relevância o respeito por cada ser, onde todos os estudantes possam participar de diferentes formas e maneiras, se expressar, contribuir, construindo assim, uma escola inclusiva, onde tenham acesso a frequentar as aulas, aos currículos, ao ensino e ao crescimento. Onde a escola se organiza, se prepara e cresce, isto é, se transforma.

Os cinco princípios da Educação Inclusiva estão assegurados na Constituição Federal de 1988 e reafirmado no ECA (Estatuto da Criança e do Adolescente), são eles: 1 - Toda pessoa tem o direito de acesso à educação; 2 - Toda pessoa aprende; 3 - O processo de aprendizagem de cada pessoa é singular; 4 - O convívio no ambiente escolar comum beneficia todos; 5 - A educação inclusiva diz respeito a todos.

Observando cuidadosamente esses princípios, é possível perceber o caráter de universalização do conceito de Educação Inclusiva, ou seja, não houve a intenção de abranger apenas um público-alvo, e sim o reconhecimento de que cada ser humano, seja ele com ou sem deficiência, tem um processo singular de aprendizagem. Em suma, são princípios que ajudam a consolidar as relações humanas e contribuem para a construção de uma sociedade mais justa e mais participativa.

A Educação Inclusiva pressupõe a igualdade de oportunidades e a valorização das diferenças humanas, contemplando, assim, as diversidades étnicas, sociais, culturais, intelectuais, físicas sensoriais e de gêneros dos seres humanos. Implica a transferência da cultura, das práticas e das políticas vigentes na escola e nos sistemas de ensino, de modo a garantir o acesso, a participação e a aprendizagem de todos, sem exceção. (MENDES, 2020, n.p.).

Além destes princípios gerais, a LDB de 2006 (Lei de Diretrizes e Bases da Educação), é uma das legislações vigentes brasileiras que tratam da questão da Educação Inclusiva. Ela versa em seu artigo 3º, inciso I sobre a igualdade de condições



de acesso, “Art. 3º O ensino será ministrado com base nos seguintes princípios: I – igualdade de condições para o acesso e permanência na escola.”

A nova Política Nacional de Educação Especial (PNNE) de 2020, é encarada pelo governo brasileiro como um avanço na Educação Especial no país, como é dito pela Sra. primeira-dama Michelle Bolsonaro, que ocupa a posição de presidente do Conselho do Programa Pátria Voluntária, em uma reportagem para a Revista Pátio, de 05 de outubro de 2020: “Equitativa e inclusiva ao longo da vida, a PNEE representa um passo significativo desse governo rumo a um país mais justo e com igualdade de oportunidades”. Mas para muitos educadores e profissionais da educação ela é afrontada como uma medida de retrocesso.

De acordo com o jornal O Estado de S. Paulo (2020 – n.p.) a coordenadora do Laboratório de Estudos e Pesquisas em Ensino e Diferença (Leped) da Unicamp, Maria Teresa Mantoan, ressalta:

Em uma sociedade moderna, isso é inconcebível, é querer separar pessoas em caixinhas. Temos que trabalhar nas barreiras que impedem essa pessoa de ter acesso e participação no mundo e não em acentuar suas diferenças. (ESTADÃO, 2020, n.p.)

Ao se comparar a antiga Política Nacional de Educação Especial (2008) com a Política atual (2020), a primeira tinha como objetivo combater o paralelismo da Educação Especial ao ensino comum, sendo essa instituída como uma modalidade de ensino, dando o direito de todos os alunos à educação no ensino regular. Já a segunda a partir do mais novo Decreto nº 10.502, de 30 de setembro de 2020, onde a mesma foi instituída, a Política Nacional de Educação Especial: equitativa, inclusiva e com aprendizado ao longo da vida, veio se sobrepôr a primeira dizendo que a família dos alunos com deficiência, terão direitos de escolhas da escola que eles vão querer seus filhos matriculados.

Mas como estes alunos terão equidade e inclusão, como é dito no próprio nome da nova Política Nacional de Educação Especial (2020)? Equidade, diz respeito a igualdade de direitos, e inclusão não são classes especializadas como é mencionado. Haverá um redirecionamento para outros espaços educacionais, mas estes espaços como



as classes especiais, dito no decreto, irão existir com turmas por idades, séries e dificuldades dos alunos com deficiência? Que Educação inclusiva estamos falando? É o retroceder das classes especiais? Onde todos os alunos com deficiências diferenciadas, idades e níveis diversificados estão todos juntos em uma classe?

A Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (2015), no seu capítulo II, Art. 4º, diz que “Toda pessoa com deficiência tem direito à igualdade de oportunidades com as demais pessoas e não sofrerá nenhuma espécie de discriminação.” É sabido, que esta lei não se sobrepõe a Nova Política Nacional de Educação Especial (PNNE) de 2020.

Os avanços na Educação Especial aconteceram ao longo dos anos e da história: leis, decretos, políticas entre outros, assegurando evoluções e ganhos para a Educação Inclusiva. A caminhada é lenta, mas contínua. Com esta nova Política Nacional de Educação Especial (2020), a sensação é de retrocesso e não de aprimoramento.

3 Transformando a prática com as tecnologias e mídias digitais

Atualmente, é percebido o quanto as tecnologias e mídias digitais no ensino trazem vantagens no processo educativo e na inclusão dos alunos. Os alunos passam a participar do processo como protagonistas das suas ações, gerando mais aprendizados e conhecimentos que acabam por se adaptarem as necessidades de cada aluno. De acordo com Kenski (2008, p.649),

[...] Abrange a autonomia para a produção e a realização de conteúdos midiáticos contextualizados, as próprias inovações, as interconexões possíveis entre processos e produtos comunicacionais; as montagens e edições como aprendizagens e descobertas, refletindo o sentido de aprender, os desejos de ir além e ultrapassar as fronteiras de si em múltiplas dimensões pessoais e sociais.

Segundo, Silva e Gomes (2015, p.2), as mudanças sociais e tecnológicas ocorridas nos últimos tempos, decorrentes de um processo histórico, evidenciam novas demandas em relação ao modo de pensar, agir, de se relacionar socialmente e adquirir conhecimentos. Conforme, Kenski (2008, p.21):



A evolução tecnológica não se restringe apenas aos novos usos de determinados equipamentos e produtos. Ela altera comportamentos. A ampliação e a banalização do uso de determinada tecnologia impõem-se à cultura existente e transformam não apenas o comportamento individual, mas o de todo o grupo social. [...] O homem transita culturalmente mediado pelas tecnologias que lhe são contemporâneas.

Com o uso das tecnologias e mídias digitais na educação inclusiva, os alunos só terão a ganhar, pois é possível adequar às necessidades de cada aluno com mais chances de um adequado desenvolvimento acadêmico. Conforme aponta Gonnet (2004, p.92), “[...] as mídias bem como a escola dizem respeito a todo o mundo”.

Para Gonnet (2004), entende-se por uma educação para as mídias uma educação crítica para a leitura das mídias, qualquer que seja o suporte (escrito, radiofônico, televisivo). É preciso que aconteça além do uso das tecnologias e mídias digitais, a compreensão do que elas são, do que elas representam e da sua importância no dia a dia das pessoas. Levar os alunos a esta reflexão “é facilitar um distanciamento, pela tomada de consciência do funcionamento das mídias, tanto de seus conteúdos como da contextualização dos sistemas nos quais evoluem.”. É preciso existir uma teoria e uma prática de ações pedagógicas.

Ampliar o uso das tecnologias digitais e mídias nas escolas como dispositivos que auxiliarão na prática inclusiva, a fim de que as metodologias aplicadas dentro e fora dos muros e paredes das escolas implementem novas formas de trabalho, de olhares e de aprendizagens. Como registra, Kenski, (2008), sobre as possibilidades de a internet ir muito além, por exemplo, de uma lousa em sala de aula. Mais de duas décadas após o seu lançamento, a internet é ainda utilizada de forma restrita nos espaços formais de educação. De acordo com Gonnet (2004, p. 36):

[...] Em vez de fazer como se a televisão não existisse, a escola deveria propor às crianças discutir programas e ideias, bons ou maus, que lhe são apresentados. Ela deveria implementar programas pedagógicos que visassem fazer das crianças telespectadores dotados de espírito crítico, e isto desde a mais tenra idade. Deixá-los utilizar os equipamentos de vídeo para fazer pequenos espetáculos e anúncios publicitários, para que as crianças se deem conta por elas mesmas de que se pode facilmente deformar a realidade com uma câmera.



O uso das tecnologias e mídias digitais, como exemplo da televisão, deve ir além de uma prática pedagógica em sala de aula, o aluno deve analisar, pensar, refletir e saber criticar o que lhe é trazido. O professor tem habilidades para no seu fazer pedagógico, instigar em diferentes possibilidades os seus estudantes.

Há uma relevância na valorização da comunicação entre professores e alunos, pois no uso das tecnologias e mídias digitais, é preciso existir diálogos e discussões entre estes sujeitos do processo afim de gerar possibilidades de uso delas, sobre possíveis regras adotadas, possíveis ideias geradas e transformadas. Surgem novas metodologias que respeitam e valorizam as habilidades prévias dos alunos, havendo a necessidade de um resgate urgente da escola no seu fazer pedagógico. Nas palavras de Gonnet (2004, p.87):

[...] Um pretexto positivo para resgatar a verdadeira dimensão da escola, de atendimento ao aluno-sujeito, e assim superar o caráter artificial de uma escola da qual se espera que aprenda cada vez mais, que está a deriva de sentido e é pouco hábil para tratar seus excluídos [...].

Utilizar as tecnologias e as mídias digitais como dispositivos para desenvolvimento de novas estratégias de ensino vai muito além do ensino e aprendizagem de conteúdos programáticos da escola. É saltar para conteúdos que fazem parte da realidade de vida dos alunos, onde eles têm sede por discussões, produções, criações e debates dos mesmos.

A diferença do ponto de vista da escola, está na transversalidade das mídias. As mídias tocam todos os assuntos, elas são, então, particularmente interessantes, em termos de conhecimentos. Além disso, elas induzem a um interesse e a comportamentos que perturbam o quadro habitual. Neste sentido, é possível trabalhar eficazmente sobre as mídias em aula, de modo tradicional? Ou, se preferirmos, não há um contra-senso – ao assimilarmos as mídias a uma disciplina clássica não estaremos nos privando justamente daquilo que as mídias podem trazer de verdadeiramente revolucionário para a escola? (GONNET, 2004, p. 87-88).

As tecnologias digitais fazem parte da vida dos estudantes em geral, muitos



deles utilizam no seu cotidiano celulares, absorvendo tantas as informações que lhe são apresentadas, quanto através das mídias digitais como WhatsApp e Instagram, entre outros, sendo que os diversos assuntos são de interesse deles e estes circundam nas plataformas digitais diversas. E por que não aproveitar esta circulação de informações e levar para os muros e paredes das escolas?

A função da escola perpassa atualmente por várias missões, e uma delas é a questão da aprovação. Alunos precisam ser valorizados em sua totalidade do ser aluno. A aprovação está muito mais relacionada em seu processo do que em notas, fazendo valer mais as teorias. Para Gonnet (2004), a riqueza de um país está na juventude, onde o aluno deve ser valorizado em suas habilidades e potencialidades, no qual ele acrescenta:

[...] Por que falar aqui de desperdícios? Porque se trata, para aqueles que são rejeitados, de uma destruição da identidade pelo fracasso, de uma amargura e de uma dor que os acompanharão para o resto de suas vidas. Existem alunos menos bons, mesmo aqueles francamente maus – e seria perfeitamente amoral que eles passassem nos exames se não têm capacidade, se não concorrem [...] (GONNET, 2004, p. 88).

As avaliações surgem neste contexto como uma exclusão aos alunos, pois parecem só merecerem aqueles com um ‘certo sentimento de superioridade’ como Gonnet (2004) nos ressalta, que estes exames revelam qualidades de competência, de abstração, de potencial de trabalho, e por isso podem gerar sentimentos de desprezo pelos outros, convicção de ter o lugar que merece e o esquecimento de sua origem social.

Os procedimentos pedagógicos pensados pelos educadores, bem aplicados e bem desenvolvidos no cotidiano do ambiente escolar com os educandos, serão os primeiros passos para uma avaliação que não exclua alunos do processo. Mas que estes possam ser avaliados a partir do ponto que chegaram e o seu trajeto de evolução durante todo o processo educativo.

Mais importante que as tecnologias, que os procedimentos pedagógicos mais modernos, no meio de todos esses movimentos e equipamentos, o que vai fazer diferença qualitativa é a capacidade de



adequação do processo educacional aos objetivos que levaram você, pessoa, usuário, leitor, aluno, ao encontro desse desafio de aprender. A sua história de vida, os conhecimentos anteriores, os objetivos que definiram a sua participação em uma disciplina a sua motivação para aprender este ou aquele conteúdo, desta ou daquela maneira, são fundamentais para que a aprendizagem aconteça. As mediações feitas entre o seu desejo de aprender, o professor que vai auxiliar você na busca dos caminhos que levem à aprendizagem, os conhecimentos que são a base desse processo e as tecnologias que vão lhe garantir o acesso a esses conhecimentos, bem como as articulações com eles configuram um processo de interações que define a qualidade da educação. (KENSKI, 2008, p.43).

Para Lipovestsky e Gilles (2011), não basta condenar o uso intensivo da televisão, do Ipod, dos videogames; a proibição só faz aumentar o desejo. Mais bem-vinda seria uma abertura da escola às tecnologias digitais, fazendo delas um uso experimental e reflexivo. Assim sendo, a escola poderá fazer uso das tecnologias digitais para potencializar um aprendizado significativo dos alunos e conectados com os educandos. Os alunos com ou sem deficiência precisam estar mais envolvidos no fazer, no experimentar, no dialogar com os conhecimentos, e as tecnologias e mídias digitais aprimorariam este processo.

[...] Mas há mais a experiência demonstra que o jovem com necessidades especiais, quando participa realmente da classe, traz para os outros uma abertura, um outro olhar sobre a vida, que relativiza seriamente a ideologia absoluta da performance, para substituí-la por uma abordagem humanista de solidariedade [...] O jovem especial encontra, então naturalmente, seu lugar; melhor ainda, às vezes, só ele é capaz de esclarecer, graças à sua sensibilidade, certos problemas, e os outros alunos sentem isso. (GONNET, 2004, p.91).

Kenski (2012, p.91), esclarece que o uso da tecnologia digital no Brasil vem ocorrendo com mais intensidade nas instituições educacionais nos últimos dez anos. Ainda assim, pouco mais de 10% das instituições públicas de ensino possuem competências e acesso à internet disponíveis para atividades de ensino. Isso confirma, o quanto as tecnologias e mídias digitais começam a invadir o cotidiano escolar, mas precisa dar saltos maiores para a efetivação na dinâmica educacional.



Considerações Finais

A Educação Especial é uma modalidade de ensino que se destina a alunos com alguma deficiência e a Educação Inclusiva é aquela que desperta o senso de pertencimento entre os alunos, ensinando-os a conviverem com a diferença, ou seja, todos têm oportunidades de conviverem e aprenderem juntos.

É sabido do grande desafio a ser enfrentado pelos educadores na inclusão escolar e o uso associado das tecnologias e mídias digitais. Conclui-se que não somente os alunos com deficiência são beneficiados com a Educação Inclusiva, todos podem obter um aprendizado muito mais adequado para que o desempenho acadêmico não seja prejudicado. Com a implementação de estratégias mais abrangentes, todos os estudantes sairão ganhando, até aqueles que se adaptam bem ao ensino tradicional.

O presente trabalho não quis fomentar qual a melhor maneira a se fazer no sentido de uma educação mais inclusiva, mas entender que a mesma é compreendida como uma educação de qualidade para todos, apesar de um dos autores vivenciar na prática várias dificuldades neste tocante, tanto no ensino regular, como no atendimento educacional especializado, onde o mesma atua.

A expectativa se cria em um futuro com uma educação que possa desenvolver as habilidades e potencialidades dos seus alunos, independentes de serem alunos com deficiência ou não, e independentemente de estarem matriculados nas escolas especializadas ou não. E que as tecnologias e mídias digitais possam servir de dispositivos eficazes neste processo através do seu uso, a partir do envolvimento na realização de atividades escolares dentro e fora da escola, em prol do atendimento às necessidades de todo e qualquer aluno.

Por fim, a exemplo da LDB que é uma das legislações vigentes brasileiras que tratam da questão da Educação Inclusiva, é notável o quanto o assunto ainda é bastante recente e que gera muitas discussões no âmbito escolar e fora dele. A nova Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (PNEEPEI), de 2020, traz em seu texto um delicado assunto, pois nela há a estimulação para a volta da separação das pessoas com deficiências, traduzindo assim, uma contramão na perspectiva social que aponta para a eliminação das barreiras e na promoção da



acessibilidade, e não na separação dos alunos com e sem deficiência.

Contudo, o termo Educação Inclusiva é amplo e muitos são os agentes deste processo a exemplo do poder público, empresas privadas, escolas e a sociedade. Fica evidente que todos estes agentes precisam estar juntos na dedicação por mudanças para que transformações notáveis aconteçam. É urgente, o alinhamento do plano pedagógico da escola, com engajamento das famílias e das comunidades, investimentos financeiros para mudanças de ordem estruturais e aquisição de novos recursos, manutenção destes equipamentos tecnológicos, treinamento de funcionários, entre outros. Mas a maior de todas seria a evolução da sociedade brasileira para a inclusão e para a diversidade.

Referências

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. 10. ed. Brasília: Senado, 1988.

BRASIL. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional** - Lei n.º 9394/96. Disponível em: <portal.mec.org.br/arquivos/pdf/ldb.pdf> Acesso em: 06 dez. 2020.

BRASIL/MEC. **Política Nacional de Educação Especial na perspectiva da Educação inclusiva**. Brasília: MEC/ SEESP, 2008. Disponível em: <encurtador.com.br/acsJ2>. Acesso em: 02 out. 2020.

BRASIL/MEC. **Política Nacional de Educação Especial: Equitativa, Inclusiva e com Aprendizado ao Longo da Vida**. Decreto nº 10.502, de 30 de setembro de 2020. Disponível em: <<https://www.in.gov.br/en/web/dou/-/decreto-n-10.502-de-30-de-setembro-de-2020-280529948>>. Acesso em: 05 out. 2020.

BRASIL. **Estatuto da Criança e do Adolescente** - Lei nº 8.069, DE 13 de julho de 1990. Disponível em <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/18069.htm> Acesso em 06 dez. 2020.

BRASIL. **Lei Brasileira de Inclusão**. Lei Nº 13.146 de 6 de julho de 2015. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/113146.htm> Acesso em 28 dez. 2020.

CAFADO, Renata. **Nova política de Bolsonaro incentiva separação de alunos com deficiência**. Jornal Estadão – O Estado de São Paulo. Disponível em: <<https://educacao.estadao.com.br/noticias/geral,nova-politica-de-bolsonaro-incentiva->



separacao-de-alunos-com-deficiencia,70003459677?>. Acesso em 07 dez. 2020.

GONNET, Jacques. **Educação e Mídias**. Ed. Loyola, São Paulo; 2004.

KENSKI, Vani Moreira. **Educação e tecnologias: O novo ritmo da informação**. 8. ed. Campinas, SP; Papirus, 2012.

KENSKI, Vani Moreira. **Educação e Comunicação: Interconexões e Convergências**. Educ. Soc, Campinas, vol. 29, n. 104 – Especial, p. 647 -665, out. 2008. Disponível em <<http://www.cedes.unicamp.br>>. Acesso em 05 dez. 2020.

KOELLE, Isis. **Educação Inclusiva, o que é, princípio e importância**. Fundação Instituto de Administração. Disponível em: <<fia.com.br>>. Acesso em 05 dez. 2020.

LAKATOS, E. M.; MARCONI, M. de A. **Fundamentos da metodologia científica**. São Paulo: Atlas, 2010.

MENDES, S. R. A Formação Continuada de professores e o desafio de romper com os modelos padronizados. In: **25.ª REUNIÃO DA ANPED**, 2002, Caxambu. Anais... Caxambu: ANPED, 2002. Disponível em: <www.anped.org.br> Acesso em: 06 dez. 2020.

MITTLER, Pitter. **Educação Inclusiva: contextos sociais**. Porto Alegre: Artmed, 2003.

MENDES, Rodrigo. **O que é educação inclusiva?** Diversa educação inclusiva na prática. Disponível em: <www.diversa.org.br> Acesso em: 05 dez. 2020.

PÁTIO, Revista. **Nova política nacional de educação especial: avanço ou retrocesso?** – 05 de outubro de 2020. Disponível em: <<https://desafiosdaeducacao.grupoa.com.br/nova-politica-nacional-de-educacao-especial/>> Acesso em: 08 dez. 2020.

SILVA, Scheila Maria O.C.; GOMES, Fabrícia Cristina. **Tecnologias e mídias digitais no contexto escolar: Uma análise sobre a percepção dos professores**. Disponível em: <https://educere.bruc.com.br/arquivo/pdf2015/20367_8499.pdf >. Acesso: 05 dez. 2020.